EMENDA Nº 19

Com base no art. 7º do Regulamento Interno da Comissão, dê-se a seguinte redação após o art. 208 do anteprojeto:

Art. 208 O credor fiduciário poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2º do art. 208 ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário.

§ 1º Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo ao Registro Aeronáutico Brasileiro expedir novos certificados de registro de matrícula e aeronavegabilidade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.

§ 2º No prazo do § 1º, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.

§ 3º O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar.

§ 4º A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2º, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição.

§ 5º Da sentença cabe apelação apenas no efeito devolutivo.

§ 6º Na sentença que decretar a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a cinquenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, caso o bem já tenha sido alienado.

§ 7º A multa mencionada no § 6º não exclui a responsabilidade do credor fiduciário por perdas e danos.

§ 8º A busca e apreensão prevista no presente artigo constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior.

§ 9º A adoção dos procedimentos previstos neste artigo dar-se-á sem prejuízo da aplicação das regras previstas na Convenção da Cidade do Cabo e no respectivo Protocolo.

Justificativa: O Código Brasileiro de Aeronáutica atualmente em vigor estabelece que o proprietário fiduciário poderá ingressar com ação de busca e apreensão judicial do bem alienado fiduciariamente, diante da mora ou inadimplemento do credor. No entanto, a lei atual não estabelece os procedimentos a serem observados quando da adoção de referida medida judicial.

Por outro lado, o procedimento para execução da alienação fiduciária em garantia de bens móveis, em geral, assim como os respectivos mecanismos de execução da garantia, encontra-se detalhadamente regulada no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, conforme alterado. Referido dispositivo legal vem sendo aplicado ao longo dos anos e atualmente há sólida jurisprudência acerca da execução de referida garantia em juízo, o que confere maior segurança jurídica ao credor e ao devedor quando o negócio é entabulado.

Dessa forma, as modificações acima foram propostas com o intuito de harmonizar as regras previstas na alienação fiduciária em garantia prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica com a alienação fiduciária em garantia prevista no Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, propiciando assim maior segurança jurídica quando da concessão de financiamento para aquisição de aeronaves, com a constituição de alienação fiduciária em garantia.

É importante ressaltar que há claro interesse público associado à realização das alterações propostas acima, na medida em que a criação de mecanismos que tenham por objeto conferir maior clareza aos mecanismos para execução das garantias associadas ao financiamento de aeronaves é um dos fatores que certamente são levados em consideração quando da fixação da remuneração do capital. O aprimoramento dos instrumentos de recuperabilidade do crédito contribui para a diminuição do custo do financiamento, em benefício do operador aéreo e dos usuários dos serviços, de forma indireta.

Ricardo Bernardi

Membro da CERCBA